

Críticas de Simonsen à nossa economia

O governo vem obtendo resultados pouco significativos no combate à alta de preços, em comparação com o que foi conseguido entre 1964 e 1965. Esta é a opinião do ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Já o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp e professor da Unicamp, pediu ontem em Recife a imediata redemocratização do País, com a modificação da política econômica, sob pena de o Brasil chegar, em breve, a viver situações semelhantes às do Uruguai e da Argentina.

Na abertura do IV Congresso Brasileiro dos Economistas, Belluzzo salientou que o autoritarismo, como forma de desenvolver a economia, resultou em caos e bancarrota: "O Uruguai é o exemplo mais típico. Lá se pensava em implantar um centro financeiro. O que aconteceu foi o fim da economia agrícola, o desmantelamento da estrutura industrial. Hoje, quase nada resta no Uruguai".

Por isto, "a democracia é uma questão de vida ou morte". Se persistirem por mais um ano as taxas de juros reais de 30%, "vamos chegar a um quadro idêntico ao da Argentina: uma economia em franca decadência".

Para superar os atuais problemas, o Brasil tem de adotar, de imediato, uma política de emprego, estabelecer um plano de investimentos públicos que garanta o funcionamento mínimo do complexo metal-mecânico e definir uma

Ele faz restrições ao uso da política recessiva e aos resultados contra a inflação

política industrial. Isto implicaria a reabilitação do planejamento a longo prazo. Exigiria ainda fontes de financiamento de grande porte, como o BNDE.

Belluzzo considera um absurdo o governo andar apregoando que "o Brasil é o único país do mundo que tem um programa energético sério. Isso é inimaginável, pois se tivéssemos um programa energético não estaríamos na atual situação".

A advertência de Simonsen

Já o ex-ministro Mário Simonsen, em artigo assinado para a "Carta Econômica" de novembro, da Corretora Convenção, ao traçar um paralelo entre a situação da economia este ano e em 1965, observou que nas duas ocasiões ocorreu um fato positivo: a melhoria do balanço de pagamentos. Mas advertiu que, "em matéria de ajuste nas contas externas, a recessão é um expediente de efeitos muito transitórios. Os verdadeiros instrumentos a médio prazo de ajuste do balanço de pagamentos são o realismo cambial e os investimentos na expansão das exportações e na substituição das importações".

Neste sentido, as melhores notícias que surgiram ultimamente são as que anunciam o contínuo

aumento da produção nacional de petróleo. A meta de chegar a 1985, produzindo 500 mil barris diários talvez seja otimista mas não tem nada de irrealista, embora isso não seja razão para que se agitem as ações da Petrobrás, cujos lucros nem aumentam nem diminuem por esse motivo, mas contribui para que aumente a cotação do Brasil".

Simonsen acentuou que os ganhos obtidos com a queda da inflação foram muito mais significativos entre 1964-65 do que agora. Em 1964, a inflação foi de 91,9%, caindo para 34,5% em 1965 e subindo um pouco para 38,8% em 1966. Este ano, "a inflação vai sair dos pouco recomendáveis três dígitos para alguma cifra na faixa de 95% a 99%. Em suma, a produtividade dos sacrifícios de hoje parece ter-se reduzido à quarta parte do que se consegue há 16 anos".

Ele atribui este relativo malogro à atual política salarial e prevê que a queda da produção industrial este ano será "um pouco maior" que os 4,7% registrados em 1965. No entanto, ao contrário do que se observou este ano, em 1965 não havia "gordura a queimar".

A diferença básica entre um período e outro é que a recessão de 1965 não teve uma causa monetária como a de 1981, que "é puramente monetária". Também não parece plausível exaltar a redução dos déficits públicos, hoje, ao contrário de 1965, quando o governo realizou "um formidável corte de despesas".